

1.^a edição

IAN FELIPE NASCIMENTO

JUVENTUDE E LUGAR:

*Cidadania, Meio Ambiente e
a Dimensão do Afeto*



SÃO PAULO | 2026

1.^a edição

IAN FELIPE NASCIMENTO

JUVENTUDE E LUGAR:

*Cidadania, Meio Ambiente e
a Dimensão do Afeto*



SÃO PAULO | 2026

1.^a edição

Autor

Ian Felipe Nascimento

**JUVENTUDE E LUGAR: CIDADANIA, MEIO AMBIENTE E A
DIMENSÃO DO AFETO**

ISBN 978-65-6054-377-5



Autor

Ian Felipe Nascimento

JUVENTUDE E LUGAR: CIDADANIA, MEIO AMBIENTE E A
DIMENSÃO DO AFETO

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHÉ
2026

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N244j Nascimento, Ian Felipe.
Juventude e lugar [livro eletrônico] : cidadania, meio ambiente e a dimensão do afeto / Ian Felipe Nascimento. – 1. ed. – São Paulo, SP: Editora Arché, 2026.
111 p. : il. color.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-6054-377-5

1. Educação geográfica. 2. Cidadania territorial. 3. Educação ambiental. I. Título.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright* © 2026 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452-002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista e José Rafael Santos da Silva.

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Patrícia Izzo Mirotti Massena

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos, José Rafael Santos da Silva e Talita Tainá Pereira Batista.

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubirani C. Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciencias Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinham- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria e um sentimento difícil de traduzir em palavras que apresento esta obra. Não se trata apenas de um livro, mas sim da materialização de uma trajetória de dedicação, curiosidade e coragem intelectual que acompanhei de perto. Escrevo esta apresentação como orientador, sim, mas também como alguém que testemunhou, ano após ano, o florescimento de um jovem pesquisador que transformou seus questionamentos iniciais em um trabalho sólido, sensível e necessário.

Conheci Ian Felipe Nascimento quando ele ainda dava seus primeiros passos na pesquisa acadêmica, como bolsista de Iniciação Científica na Universidade Estadual de Santa Cruz. Era um estudante de Geografia como tantos outros, porém, sempre movido por uma curiosidade e pela sede em crescer intelectualmente e profissionalmente.

Mas o que mais me impressiona, e que torna esta apresentação tão significativa, é a forma como Ian construiu sua trajetória. Não houve atalhos. Cada passo foi dado com esforço, com dedicação, com aquele compromisso silencioso de quem sabe que o conhecimento exige tempo

e entrega. Ele foi, nos anos de Iniciação Científica, um daqueles alunos que tornam o trabalho de orientar um prazer, não porque tudo era fácil, mas porque ele nunca desistia diante das dificuldades. A pesquisa que hoje se materializa neste livro nasceu ali, naquele período de formação, e foi sendo amadurecida com a paciência de quem entende que as melhores perguntas não se respondem da noite para o dia.

Hoje, Geógrafo Bacharel - UESC, Professor de Geografia ETEP/SP e Especialista em Currículo e Prática Docente [...] UFPI. Está no mestrado na Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, e posso afirmar com convicção: isso é apenas o começo. O percurso que ele construiu com as próprias mãos, revela não apenas competência técnica, mas uma maturidade acadêmica precoce e uma responsabilidade social que são, infelizmente, cada vez mais raras.

O livro *“Juventude e Lugar: Cidadania, Meio Ambiente e a Dimensão do Afeto”*, é o resultado direto desse processo de amadurecimento intelectual. A obra investiga, com rigor e sensibilidade, a percepção de alunos do 9º ano de uma escola pública do município de Aurelino Leal, no sul da Bahia, sobre três conceitos fundamentais para a Geografia e para a formação cidadã: o lugar, a

cidadania e o meio ambiente.

O que diferencia este estudo é a forma como acontece a articulação entre o empírico e o teórico. De um lado, há um trabalho de campo minucioso, com instrumentos bem desenhados e uma escuta genuína dos jovens entrevistados. De outro, há uma base teórica consistente, que dialoga com a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas e com autores centrais do pensamento geográfico e social, como Yi-Fu Tuan (com sua concepção de topofilia e afetividade com o lugar), Milton Santos (com sua leitura crítica do espaço como instância social) e Henri Lefebvre (com sua análise do direito à cidade e da produção do espaço).

A escolha desse arcabouço teórico não é acidental: ela revela a preocupação do autor em compreender a juventude não como objeto passivo de políticas públicas, mas como sujeito ativo na construção de sua relação com o mundo.

O livro não se limita a diagnosticar o problema: ele propõe uma reflexão sobre o papel da educação geográfica na formação de uma cidadania territorial ativa, crítica e comprometida com o meio ambiente. A obra articula, de forma original, a geografia escolar com a educação

para a cidadania, mostrando que o espaço vivido é o ponto de partida para a compreensão dos direitos e deveres que nos constituem como sujeitos políticos.

Ao encerrar esta apresentação, olho para o livro que agora vai para as mãos dos leitores e vejo nele não apenas o resultado de um trabalho acadêmico, mas a promessa de uma carreira brilhante que está apenas começando.

Convido você, leitor, a mergulhar nesta obra com a mesma curiosidade e generosidade com que seu autor a escreveu. Que as páginas que se seguem inspirem novas perguntas, novos olhares e, sobretudo, uma compreensão mais profunda do que significa ser jovem, ser cidadão e pertencer a um lugar.

Professor Fábio Massena
Orientador da pesquisa
Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

AGRADECIMENTOS

"Seja forte e corajoso! Não fique desanimado, nem tenha medo, porque eu, o Senhor, seu Deus, estarei com você em qualquer lugar para onde for." (Js 1:9)

Primeiramente, agradeço a Deus por me sustentar durante toda esta caminhada, concedendo-me força, sabedoria e coragem para superar os desafios encontrados ao longo dessa trajetória.

Sou profundamente grato à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pela oportunidade de cursar o Bacharelado em Geografia e por todos os conhecimentos construídos ao longo desses anos. Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação desde o ensino fundamental I e II, ensino médio e, especialmente, aos docentes do Colegiado de Geografia, que contribuíram de maneira significativa para minha formação acadêmica e profissional. Em especial, registro minha homenagem à professora Gilsélia Lemos Moreira (in memoriam), cuja contribuição permanecerá marcada em minha trajetória. Agradeço também aos servidores técnicos da instituição pelo apoio e dedicação durante minha caminhada universitária.

Ao professor Dr. Fábio dos Santos Massena, expresso minha profunda gratidão por ter sido um verdadeiro farol em minha vida

acadêmica. Agradeço pelos conselhos, pela amizade e pela confiança depositada em meu potencial. Sua orientação no projeto "O Sentimento de Pertencimento e o Desenvolvimento do Self da Juventude Rural" foi fundamental para minha formação como pesquisador e docente, despertando em mim o desejo de continuar trilhando os caminhos da pesquisa e da educação.

À professora Dra. Jaqueline Chiapetti, agradeço pela valiosa contribuição na elaboração desta Monografia, pelo carinho, atenção e disponibilidade durante esse processo. Minha gratidão também se estende aos professores Elisângela, Éllen Márcia e Victor, pelo apoio, incentivo e contribuições ao longo da graduação. Agradeço à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em parceria com as agências de fomento, pelas oportunidades proporcionadas por meio das bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação à Docência (PAEG), experiências que foram essenciais para minha formação acadêmica.

Minha gratidão também se dirige ao professor Mario Marcos e ao Nery Honorato (Painho), pelos ensinamentos sobre normas científicas e pela criação do meu Currículo Lattes ainda na 8ª série, momentos que despertaram em mim o interesse pela pesquisa. À

professora Michelli, de História, agradeço pelo incentivo à leitura e à escrita, e à Luzia, pelo carinho, apoio e cuidado durante essa jornada.

Agradeço especialmente ao professor Adriano Paraíso, cuja confiança em meu potencial como educador abriu portas e proporcionou experiências inesquecíveis em minha trajetória docente. À professora Tereza Torezani Fontes, deixo minha gratidão por todo apoio durante a pandemia, período em que foi fundamental para meu desenvolvimento inicial na pesquisa científica e na construção da minha caminhada acadêmica em Geografia.

À minha avó Rosa e à minha bisavó Santília (in memoriam), agradeço pelo amor, pelos ensinamentos e pelas marcas que deixaram em minha vida. Ambas permanecerão eternamente vivas em meu coração. Agradeço também à Primeira Igreja Batista de Aurelino Leal, pelas orações, pelo acolhimento e pelo cuidado dedicado a mim e à minha família.

À minha família, minha eterna gratidão: à minha mãe, Leide, pelo amor, dedicação e força; ao meu irmão, Cauan, pela parceria; e à minha esposa, Nicolli, pelo companheirismo, carinho e apoio incondicional em todos os momentos. Vocês foram fundamentais para

que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos, que fizeram parte dessa história, deixo minha sincera gratidão pela amizade, pelos momentos compartilhados e pelo apoio ao longo dessa caminhada. Cada pessoa que esteve presente contribuiu, de alguma forma, para a construção desta trajetória.

Este momento representa não apenas a conclusão de uma etapa, mas o início de novos caminhos, desafios e possibilidades. Esta conquista simboliza uma parcela da minha trajetória e do legado que desejo construir por meio da educação, da pesquisa e da Geografia. Que este seja apenas o começo de uma caminhada marcada pelo compromisso, pela transformação e pelo propósito de contribuir com a sociedade.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	25
INTER-CONEXÕES, LUGAR E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO	
CAPÍTULO 02	36
OS CAMINHOS DA GEOGRAFIA COMO AGENTE DO SER CIDADÃO	
CAPÍTULO 03	43
CIDADANIA E A APRENDIZAGEM DISCURSIVA EM HABERMAS	
CAPÍTULO 04	57
MARCO METODOLÓGICO	
CAPÍTULO 05	61
RESULTADOS E DISCUSSÃO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
ÍNDICE REMISSIVO	100

INTRODUÇÃO

Na conjuntura do plano educacional moderno, o projeto educacional de base geográfica no contexto da modernidade brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, passou por sucessivas reformulações, refletindo mudanças nas políticas da educação e nas concepções pedagógicas, currículos e diretrizes (Braga, 2018b).

A Institucionalização da geografia escolar como campo de pesquisa, iniciou a partir da década de 1990, quando passou a ser reconhecida como um campo de investigação fundamental para a ciência geográfica, isso levou especialistas em educação geográfica e a buscar formação e instituir as linhas de pesquisas nessa área, segundo o pensamento de Giroto (2017).

Nos documentos curriculares oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Geografia é definida como uma disciplina

de formação básica (Giroto, 2017), com princípios e competências que orientam o ensino e a aprendizagem, focando no desenvolvimento do raciocínio geográfico e do pensamento espacial/territorial.

Os geógrafos da educação expandiram seus temas de interesse para incluir educação do campo, inclusão, educação ambiental/meio ambiente, multiculturalismo, formação de professores, tecnologias educacionais e cidadania (Almeida; Gama, 2003).

No ensino de Geografia, a principal preocupação é formar cidadãos que pratiquem a cidadania através de conhecimentos geográficos, desenvolvendo habilidades de análise crítica, consciência socioespacial e participação ativa na sociedade (Braga, 2021). Essa abordagem contemporânea da educação geográfica vai além da transmissão de conhecimento, focando no desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e cívicas, preparando os alunos para uma participação responsável

e ativa na sociedade.

A cidadania está eminentemente vinculada à necessidade de identificação da população com os locais onde vivem, pois, ser membro proativo, fazer parte do grupo e ser receptor dos benefícios atingidos faz com que as pessoas adquiram a condição de cidadãos (Cascino et al., 1998). Conforme destaca Lavalle (2003), através de processos longos e conflituosos, surgem os direitos civis, políticos e sociais e, em contrapartida, os deveres como cidadão.

O conceito tradicional de cidadania descrito por Marshall (1949) contempla que a construção individual em primeiro plano deva ser mútua, coletiva e que a efetivação de um ser cidadão crítico, deve ser em prol de um bem comum. A dimensão geográfica é importante nessa relação para promover a aprendizagem da espacialidade do ser humano social, centrada na base de princípios geoéticos universais, ou seja, os direitos humanos, justiça ambiental, racismo ambiental, justiça

espacial/social e suas origens geográficas sendo fundamental para a formação cidadã pautada na geoética universal (Carneiro, 2020).

Concatenando-se ao pensamento anterior, Carneiro (2023), fundamentado na teoria do agir comunicativo do filósofo e sociólogo Jurgen Habermas, pressupõe a relevância de investigações do desenvolvimento moral, do desenvolvimento da competência comunicativa e da aprendizagem por princípios éticos e morais universais para uma educação geográfica deliberativa.

O sentimento de pertencimento é essencial para a construção do núcleo social, manifestando-se quando o indivíduo reconhece o espaço que ocupa como parte de sua identidade. Essa sensação é incentivada por uma compreensão das representações espaciais e simbólicas do local em que vive, conforme destaca Carlos (2014).

Marin (2008) complementa essa ideia ao afirmar que a

cidadania, ao longo da história da humanidade, fortalece a relação com o meio ambiente, pois as pessoas se conectam com os lugares por meio de seus costumes e hábitos, que se desenvolvem especialmente nos locais de nascimento e crescimento.

A pesquisa foi motivada pela observação de processos de degradação ambiental em Aurelino Leal-BA, como o uso agressivo do solo, queimadas para limpeza de terrenos, destinação inadequada de resíduos sólidos devido à falta de aterro sanitário e atividades poluentes que afetam o Rio de Contas. O estudo foi focado em alunos do 9º ano do ensino fundamental, considerando que muitos são pré-adolescentes e adolescentes em desenvolvimento de personalidade e aprendizado.

Diante deste contexto, definiu-se como objetivo geral caracterizar a percepção dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública de Aurelino Leal - BA, sobre

lugar, cidadania e meio ambiente. Como objetivos específicos, estabeleceu-se: descrever como esses alunos compreendem o conceito de lugar; identificar sua percepção de cidadania; e caracterizar sua compreensão acerca do meio ambiente.

A reflexão sobre a formação intelectual desses indivíduos é crucial para a construção responsável da cidadania, conforme Callai e Moraes (2017), Menzes e De Miranda (2021), especialmente para a futura geração de Aurelino Leal, destacando a importância de estudar percepções individuais e coletivas.

A pesquisa investiga as ações dos alunos de uma escola pública em Aurelino Leal, com o objetivo de compreender o potencial da relação cidadã e socioambiental. Refletir sobre o uso ambiental no espaço urbano é essencial, apoiando-se em pensadores como: Caldana (1998), Lefebvre (2013) e Santos (2002), que enfatizam a noção de lugar. Autores como: Callai (2017), Cascino (1998) e Carneiro (2022) contribuem para a

discussão sobre cidadania, enquanto Habermas (1987, 2012) aborda a cidadania deliberativa e Silva (2020) analisa a política ambiental brasileira.

A pesquisa também se fundamenta em revisões de autores como: Bispo e Oliveira (2007), Marin (2008) e Carneiro (2023a) para discutir a construção da identidade e o sentimento de pertencimento ao lugar sob a perspectiva da preservação ambiental. Além disso, outros pesquisadores, como: Abramovay (1998), Carvalho et al. (2009), Castro (2009) e Steinberg e Morris (2001), também exploraram o sentimento de pertencimento em faixas etárias entre 12 e 18 anos.

Assim, a pesquisa foca na relação entre pertencimento, cidadania e meio ambiente, visando adolescentes e jovens em desenvolvimento rumo à vida adulta. A reflexão é fundamentada em autores como: Melo e Pisani (2021), que abordam cidadania territorial, pertencimento e preservação ambiental.

Santos (2002, 2006) e Lefebvre (2013) exploram os conceitos de espaço, lugar e território para entender as relações socioespaciais; enquanto Nascimento (2012) destaca a importância do território na identidade e cidadania. Carlos (2014) enfatiza a necessidade de preservar o ambiente urbano e natural. Os resultados da pesquisa podem servir como base para futuras pesquisas sobre cidadania territorial, sustentabilidade, pertencimento e meio ambiente no ensino fundamental.



JUVENTUDE E LUGAR: CIDADANIA, MEIO AMBIENTE E A DIMENSÃO DO AFETO

**YOUTH AND PLACE: CITIZENSHIP, THE ENVIRONMENT,
AND THE DIMENSION OF AFFECT**



JUVENTUD Y LUGAR: CIUDADANÍA, MEDIO AMBIENTE Y LA DIMENSIÓN DEL AFECTO



CAPÍTULO 01

INTER-CONEXÕES, LUGAR E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

INTER-CONEXÕES, LUGAR E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Esta sessão inicia uma investigação sobre o campo conceitual da cidadania na Geografia, explorando o sentimento de pertencimento ao lugar e as questões ambientais relacionadas ao território. Também examina as inter-relações entre esse sentimento, o vínculo com o lugar e a cidadania habermasiana, buscando entender como esses elementos se conectam.

Apresenta-se o contexto da cidadania deliberativa sob uma perspectiva geográfica e ética/moral. O objetivo é desvendar como o espaço geográfico exerce influência e é submetido às dinâmicas da cidadania, sobretudo na relação homem natureza em suas vertentes política, cultural e social. Esta pesquisa aborda as complexas relações entre geografia e cidadania, sentimento de pertencimento e meio ambiente, além de suas manifestações concretas nos diferentes contextos geográficos das percepções vivenciadas e aprendidas.

Neste contexto, busca-se contribuir para enriquecer a compreensão sobre os pressupostos vínculos entre a cidadania

geográfica, o sentimento de pertencimento ao lugar e o meio ambiente, assim como os desdobramentos fundamentais dos teóricos que permeiam essa temática. Neste contexto, busca-se a contribuir, com a compreensão sobre os pressupostos vínculos entre a cidadania geográfica, sentimento de pertencimento ao lugar e meio ambiente, bem como os desdobramentos fundamentais dos teóricos que permeiam essa temática.

O lugar é formado por sentidos e o vínculo que é adquirido após um período, tempo subjetivo, pois quanto mais tempo pertencer a uma casa e bairro melhor será o conhecimento e mais profundo o significado afetivo, ainda que não seja uma ideia com uma fundamentação concreta.

O reconhecimento espacial é um importante fator relacionado à cidadania e ao território. A esse respeito Souza (2002) afirma que essa apropriação é o caminho para se alcançar a partir das raízes ao lugar, a justiça social e qualidade de vida.

Dessa maneira, é importante a atenção nas transformações do lugar de vivência e nas vulnerabilidades que constantemente são negligenciadas pelo homem principalmente as de cunho ambiental,

socioeconômico e político (Almeida; Gama, 2003). A concepção de lugar na Geografia pode ser entendida ou complementada pela conceituação de Tuan (2011), que demonstra que o espaço está em constante movimento e o define como a relação de afeto entre os indivíduos e um determinado lugar ou ambiente físico, os quais frequentemente são influenciados por objetos e lugares.

O sentimento de pertencimento faz com que a população se sinta motivada a propor projetos de modernização e intervenções para o desenvolvimento dos espaços urbanos. Esses espaços, que são frequentemente reivindicados pela comunidade, tornam-se referenciais simbólicos que moldam as relações sociais entre os habitantes (Marin, 2008).

A geografia desempenha um papel fundamental na observação e análise da organização espacial nos locais de vivência. É importante ter uma compreensão crítica para abrir novos caminhos, especialmente quando a população está atenta ao seu vínculo com o lugar. A deliberação comunicativa, orientada pelo professor aos alunos, é essencial nesse processo (Carneiro; Araújo, 2023c). Os lugares de

vivência, que são concretos e não abstratos, representam tanto o passado quanto o presente, oferecendo estabilidade e realização (Tuan, 2013).

A partir do sentimento de vivência e da estabilidade socioeconômica, as pessoas participam como cidadãos no território. Sem esses vínculos formativos, há uma tendência maior ao esquecimento de suas origens. Durante a adolescência, espera-se que o indivíduo desenvolva sua personalidade em diversos contextos: social, familiar, econômico e cultural. A separação emocional é essencial para essa diferenciação, permitindo que o jovem mantenha os vínculos familiares sem se fundir excessivamente a eles.

Aqueles que enfrentam dificuldades nesse processo podem se afastar de seus familiares ou se fundir a eles (Massena; Sousa; Nascimento, 2023). Os alunos, seja do campo ou da cidade, suas escolas e as ruas onde residem, além dos objetos em seu território, como edifícios públicos, praças e outros, moldam sua percepção do mundo e sua identidade cultural.

As experiências que os alunos trazem são fundamentais para que o professor de Geografia identifique situações que ocorrem em outros

locais e que se relacionam com o cotidiano dos estudantes (Carlos, 2014; Oliveira et al., 2023).

Nas transformações que ocorrem nos espaços urbanos, é fundamental considerar a qualidade de vida da população. Os alunos devem valorizar a ideia de troca, convivência e encontros, pois isso contribui para o bem-estar no ambiente urbano. Uma cidade saudável é composta por um conjunto de edifícios, espaços públicos e um meio urbano ambiental harmonioso. Esses fatores, entre outros, garantem a “vida” nas cidades, promovendo uma relação mais próxima entre os habitantes e os lugares onde vivem, além de facilitar as interações humanas e ambientais (Melo; Pisani, 2021).

A perda do sentimento de pertencimento da população leva, inevitavelmente, ao abandono dos espaços urbanos. Quando as pessoas são forçadas a deixar seu local de moradia, é crucial restaurar esse sentimento. Para isso, é fundamental estabelecer uma conexão entre gestores e a comunidade, facilitando a implantação e aceitação de políticas públicas de urbanização (Castro, 2009).

Além disso, é importante considerar o modo de vida da

população no local onde reside. O sentimento de preservação, respeito à natureza e desenvolvimento sustentável torna-se relevante quando a comunidade se apropria democraticamente do espaço. Esse pertencimento permite que a população reconheça os benefícios de uma parceria com o meio ambiente (Mendonça, 2013).

Conforme Barros e Virgílio (2003), o processo de urbanização frequentemente resulta na deslocação de populações de baixa renda para as periferias, substituindo ecossistemas naturais por ambientes adversos, organizados segundo as necessidades humanas.

Smith (2005) argumenta que essa migração para as periferias é uma estratégia associada ao desenvolvimento urbano e a projetos de regeneração espacial, que afeta também os setores culturais e comerciais. Esse processo leva à subutilização dos centros urbanos, diminuindo a população residente e causando a expansão desordenada da mancha urbana, além do empobrecimento dos ecossistemas.



CAPÍTULO 02

OS CAMINHOS DA GEOGRAFIA COMO AGENTE DO SER CIDADÃO

OS CAMINHOS DA GEOGRAFIA COMO AGENTE DO SER CIDADÃO

A ideia deste capítulo é discutir a Geografia como instrumento formativo do saber intelectual processual, o que implica, para além disso, reconhecê-la como a totalidade que o geógrafo Milton Santos tanto mencionou em sua jornada, que diz respeito à análise do espaço físico e humano e suas relações com a natureza, entendendo-a como uma ciência capaz de contribuir para a formação crítica, cidadã e espacial, dentro dos territórios dos sujeitos pensantes e atuantes.

Nesse sentido, a Geografia assume um papel fundamental na mediação das relações entre indivíduo, sociedade e território, possibilitando reflexões sobre as dinâmicas espaciais e as desigualdades socioambientais e do reconhecimento do lugar como espaço de vivência e pertencimento. Assim, este tópico busca discutir como os conhecimentos geográficos podem favorecer a construção da cidadania, fortalecendo práticas de participação, consciência territorial e o desenvolvimento de sujeitos socialmente ativos.

Diante disto, está posto o ambiente que reúne a interligação entre o saber e a prática do exercício da cidadania,

são as escolas de todo o Brasil, que representam as “ênfases” nos aspectos do exercício da cidadania e na aplicação dos conceitos fundamentais da Geografia em situações do cotidiano. Isso inclui a promoção de normas e comportamentos apropriados no ambiente escolar e na comunidade, a discussão de propostas para ampliar os espaços públicos e a formulação de ações que busquem a melhoria do espaço coletivo (Brasil, 2017).

A cidadania territorial, conforme definida por Claudino (2014), refere-se à prática de cidadania que se desenvolve em um espaço específico, onde os indivíduos tornam-se agentes transformadores em seus próprios territórios. Nesse contexto, é viável integrar o conceito de cidadania no ensino de Geografia, formando alunos mais engajados e interessados nas questões de seu lugar de vivência. Isso pode aumentar o entusiasmo nas aulas, pois os conteúdos programáticos ganham relevância prática e não se limitam a avaliações.

O ensino de Geografia transforma a reflexão dos alunos sobre as situações que encontram em seu cotidiano. Essa abordagem permite uma leitura crítica e reflexiva da realidade, promovendo uma educação cidadã que contribui para o desenvolvimento individual e social dos alunos (Braba, 2018b).

Propõe-se incluir nos currículos a cidadania territorial, que busca reafirmar de forma relevante a ciência geográfica no plano educativo como área essencial para a construção de um cidadão em uma amplitude discursiva e coletiva (Braga, 2021).

A Geografia, dentro do contexto educacional, manifesta uma sensibilidade em relação à importância de destacar o seu papel no exame dos conceitos da cidadania territorial e participativa como elementos-chave, seja no contexto da democracia ou da justiça social (Fuini, 2017).

Mendonça (2013, p. 21) afirma que, ao se “trabalhar com a educação geográfica e a cidadania territorial implica acreditar em um projeto que enxergue as carências sociais e, ao mesmo tempo, proponha um futuro melhor para a população”.

Na perspectiva da cidadania territorial, a justiça territorial se concretiza quando, além de compreender as injustiças locais, a comunidade consegue ter acesso a este conhecimento por meio da escola e da participação dos professores no processo de compartilhamento do saber através do diálogo com a população (Braga, 2021). É fundamental que a educação geográfica promova uma relação entre o agir comunicativo e a consciência cidadã, conforme destacado por Carneiro (2022).

Essa abordagem possibilita a emancipação dos indivíduos e a criação de correlações de poder, transformando os espaços escolares e a formação de professores em ambientes que promovem cidadãos reflexivos e propositivos. Assim, esses cidadãos podem se engajar em mudanças significativas em suas comunidades (Rezende; Câmara, 2001).

Braga (2018a) propôs uma reavaliação, não apenas da necessidade de contemplar a formação de professores de Geografia mais proativos nas escolas, mas também de examinar postulados reflexivos que oferecem potenciais mudanças no perfil curricular e na ênfase dada à ciência geográfica e seu ensino.

Essas mudanças baseiam-se em programas de formação inicial que promovem uma abordagem de Geografia Cidadã, com foco no território e na geografização da cidadania, tanto nos currículos universitários quanto nos currículos escolares (Caldana, 2018). Compreende-se como conjunções de identidade, indivíduo/pessoal, as caracterizações das personalidades dos próprios cidadãos e das características de identidade social, que os pautam na troca de conhecimento e na socialização da aprendizagem dialogada (Costa; Ianni, 2018).

Tentar entender quais foram as opções e causas que conduziram a ocupar determinado território, abre caminho para reflexões sobre quais são as necessidades da população para alcançar a qualidade de vida, fator que beneficia a sustentabilidade.

Essas percepções induzem ao raciocínio de que o processo de urbanização, o de expansão urbana sem critérios pré-estabelecidos e o de crescimento da população, podem acarretar uma série de problemas sociais e ambientais nas cidades, mas o planejamento pode minimizar esse impacto (Moreira, 2021).

A cidadania está diretamente vinculada à necessidade de identificação da população com os locais onde convivem, ser membro proativo, fazer parte do grupo e ser receptor dos benefícios atingidos faz com que as pessoas adquiram a condição de cidadãos (Silva, 2020). De acordo com Matos (2010), os espaços públicos formalmente construídos mais apropriados pelas pessoas são as ruas, parques e praças. Dentre esses, a rua é considerada por Lamas (1993) como o principal elemento de identificação entre a população e a cidade.

As características adquiridas conduzem à apropriação pelos moradores e se apresentam como fundamentais para a vida urbana. O que se percebe, como sendo fator comum a eles, como

a valorização do verde como evolução e requinte no modo de se viver (Lamas, 2000).

A cidadania é resultado da interação entre os ideais individuais e os valores do grupo ao qual se pertence (Massena, 2015), ou seja, o cidadão envolve sua consciência e participação, as quais são fundamentais para garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos membros do grupo. Segundo Lavalle (2003), a cidadania se desenvolve por meio de processos longos e conflituosos que resultam em direitos civis, políticos e sociais, assim como em deveres cívicos.

Portanto, a presente discussão pretende contribuir para debates sobre cidadania no âmbito da Geografia e das Ciências Humanas, em particular, na defesa de uma cidadania de base universalista, ético-discursiva e territorial, no sentido plural e intersubjetivo de seus discursos.

CAPÍTULO 03

CIDADANIA E A APRENDIZAGEM DISCURSIVA EM HABERMAS

CIDADANIA E A APRENDIZAGEM DISCURSIVA EM HABERMAS

Apresenta-se, neste capítulo, a discussão sobre a cidadania unificada e a aprendizagem discursiva a partir do pensamento de Jürgen Habermas, um dos mais influentes filósofos e sociólogos contemporâneos. Nascido em 1929, Habermas desenvolveu sua trajetória intelectual vinculada à tradição da teoria crítica, dedicando-se à compreensão das relações entre democracia, comunicação, participação social e construção da cidadania nas sociedades modernas (Herrlein Jr, 2007).

Seu pensamento surge da preocupação com os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas, especialmente diante dos processos de exclusão social, das desigualdades de participação política e da crescente influência de interesses econômicos e burocráticos sobre a vida pública. Nesse contexto, Habermas propõe que a construção de uma sociedade mais democrática depende da capacidade dos indivíduos de dialogarem racionalmente, argumentarem e participarem dos processos de tomada de decisão de forma livre e igualitária (Habermas 1987).

A partir dessa perspectiva, o autor desenvolve a teoria da ação comunicativa e o conceito de democracia deliberativa, defendendo que a cidadania não deve ser compreendida apenas como um conjunto de direitos e deveres legais, mas também como uma prática social construída por meio da comunicação, do entendimento mútuo e da participação ativa dos sujeitos nos espaços públicos (Habermas, 2012a). Assim, a aprendizagem discursiva assume papel central, uma vez que possibilita aos indivíduos desenvolver competências argumentativas, refletir criticamente sobre a realidade e construir consensos orientados pelo diálogo (Habermas, 2012b; 2013).

Dessa forma, este capítulo aborda a concepção habermasiana de cidadania unificada e aprendizagem discursiva, destacando como a comunicação, a deliberação e a participação democrática constituem elementos fundamentais para a formação de cidadãos capazes de atuar de maneira crítica e responsável na transformação da sociedade.

A cidadania territorial em sua essência é deliberativa, o mundo da vida das pessoas, é fundamental para o entendimento das ações deliberativas e participativa na sociedade, para isso, fundamenta-se este

conceito em Habermas (1987; 2012a; 2012b; 2013). Assim como a Teoria da Ação Comunicativa (TAC), o seu interlocutor Carneiro (2022), que tem um livro sobre a educação geográfica do agir comunicativo com pensadores de áreas da geografia, filosofia, sociologia e entre outras que abordam a TAC.

O mundo da vida é dividido em uma tríade através dos componentes estruturais: cultura, sociedade e pessoa.

A formação para a cidadania geográfica atua na construção procedimental, conceitual e objetiva/intersubjetiva do aluno, mediante instrumentos de natureza jurídica e teórica, esta formação utiliza o próprio território pessoal e escolar dos aprendentes como referencial material e simbólico, ou seja, os espaços formais e não formais de aprendizagem e socialidade.

A cultura é entendida como o conhecimento que os indivíduos utilizam para interpretar e compreender o mundo ao seu redor. A sociedade, por sua vez, consiste nas camadas legítimas que regulam as relações entre os participantes de um grupo social. As pessoas são vistas como portadoras de competências que lhes permitem expressar e agir,

contribuindo para a formação de sua personalidade cidadã (Habermas, 1987). O mundo da vida abrange a esfera da sociabilidade, onde valores e conhecimentos compartilhados constituem a cultura e moldam a personalidade dos indivíduos. Já o sistema se refere a aspectos que envolvem a reprodução social, como a Economia e o Estado (Herrlein, 2007).

Diante das reflexões em Habermas (2012a), o mundo da vida é o espaço da razão comunicativa, o qual é constituído pela cultura, sociedade e personalidade, se expressando pela busca do consenso entre os indivíduos e por intermédio do diálogo o qual seria fundamental para uma educação voltada ao meio ambiente em equilíbrio e ações comunicativas em função de um bem coletivo.

De acordo com Tenório (2005, p. 106):

O mundo da vida contrapõe-se ao mundo dos sistemas, onde predomina a razão instrumental, razão que se expressa em mecanismos funcionais, construídos em torno do poder e do dinheiro e que coordenam as ações humanas garantindo a reprodução do mundo material; é o espaço do trabalho, da técnica, da economia, da

administração, etc. Portanto, entender a cidadania, o sentimento de pertencimento e as decisões de preservação do lugar, é fundamental ante as reflexões que levem em consideração a compreensão das suas atitudes cotidianas, do mundo da vida onde estão inseridos espacialmente, socialmente e culturalmente.

A aprendizagem discursiva baseia-se na argumentação moral entre indivíduos capazes de agir através de ações consensuais da fala, sejam elas entre autoridades e cidadãos, alunos e professores. O objetivo é alcançar julgamentos morais sobre o cuidado e a educação para o mundo comum, que é constituído por discursos de natureza universal e pública para seus participantes (Habermas, 2012a).

Além disso, a comunicação para a construção de entendimentos mútuos, utilizando a linguagem em sua função de representar estados de coisas do mundo objetivo ou do mundo social objetivado, foi influenciada na história do pensamento educacional geográfico desde o século XX, por uma linguagem cartesiana (Carneiro; Araújo, 2023c). Nesse contexto, a base geográfica é constituída pelos enlaces entre corpos e cidades (Carneiro; Araújo, 2021), bem como pela interação

dos discursos e suas formas de referenciar o território.

No campo educacional, a cidadania territorial se concretiza por meio de processos de aprendizagem fundamentados no discurso como argumentação moral, que é relevante, consensual e intersubjetiva para seus proponentes e destinatários (Braga, 2018). Em outras palavras, a fala se manifesta como discurso de convicção entre professores, alunos e outros atores da escola, bem como suas comunidades internas e externas. Nesse contexto, o discurso como construção ética e moral atua em múltiplos cenários no ambiente escolar, onde é:

a) [...] teórico, com pretensão à verdade ou eficácia dos fatos. Aqui, racional é aquele que profere opiniões fundamentadas e age com eficiência; b) O discurso prático, com pretensão à correção das normas. É racional aquele que justifica suas ações e julga com imparcialidade; c) O discurso explicativo, com pretensão à compreensibilidade. É racional aquele que forma adequadamente suas construções simbólicas e se dispõe a explicar o significado de suas expressões; d) Crítica terapêutica, com pretensão à veracidade. Racional aqui é aquele que está disposto a se libertar das ilusões. e) Crítica estética, que não levanta

nenhuma pretensão específica. É tido por racional, aqui, aquele que interpreta à luz dos valores e, sobretudo, adota uma atitude reflexiva (Habermas, 1987, p. 38).

Estabeleceu-se um contexto ideal de fala que, segundo Habermas (1987), é composto por condições triviais e contextos puros de ação comunicativa.

Nos primeiros, os participantes dos discursos argumentativos devem ter igual oportunidade para o uso da fala, utilizando-a para questionar, explicar, analisar e esclarecer o que se está comunicando.

Nos segundos, os indivíduos devem agir como falantes que operam atos de fala de caráter representativo e regulativo. Ademais, a unidade entre o discurso e a situação ideal de fala conduz a ações linguísticas de natureza expressiva, estratégica, intersubjetiva/consensual e normativa. Habermas (2012a) denomina essas ações como dramatúrgicas, ações estratégicas, ações comunicativas e ações reguladas por normas. Elas são distintas e complementares entre si.

Denomina-se estratégico aquele discurso em que o falante visa

obter sucesso ou influenciar alguém. O dramaturgico refere-se à capacidade do indivíduo de expressar controladamente uma determinada imagem de si mesmo. No comunicativo, busca-se entendimento intersubjetivo sobre algum contexto ou situação no mundo, através de um consenso de interpretações com o outro, na condição de sujeitos competentes para a ação e fala.

Desta forma, essas ações implicam na formação do mundo da vida do cidadão territorial. Este mundo, segundo Habermas (1990; 2012b), é apresentado como horizonte e lugar das relações intersubjetivas entre falantes e ouvintes. Nele, os participantes da comunicação compartilham convicções e ações orientadas para certezas inquestionáveis e entendimento mútuo. Ele assinala que o mundo da vida é formado por três complexos estruturais e características formativas. Os complexos seriam cultura, sociedade e personalidade (Habermas, 2012b).

A cultura refere-se ao conjunto de saberes, conhecimentos, valores e significados compartilhados que são considerados válidos em determinado contexto social, sendo continuamente produzidos e

reinterpretados por meio de processos de compreensão intersubjetiva. A sociedade, por sua vez, compreende o conjunto de normas, regras e ordenamentos que orientam as relações entre os indivíduos, regulando suas formas de pertencimento, integração e solidariedade nos diferentes grupos sociais. Dessa maneira, cultura e sociedade constituem dimensões interdependentes do mundo da vida, fornecendo referências simbólicas e normativas que possibilitam a comunicação, a construção de identidades e a convivência social.

A Personalidade diz respeito às competências e habilidades que o sujeito, qualificado para se comunicar e agir mediante o que fala, possui para afirmar sua identidade. Como características, Habermas (1990a) destaca a ruptura com as certezas imediatas, compreendidas como saberes, posicionamentos e opiniões assumidos de forma acrítica e considerados injustificáveis até que os participantes os submetam à problematização por meio da argumentação. Nesse processo, o diálogo racional possibilita que as pretensões de validade presentes nos discursos sejam examinadas, questionadas e reformuladas coletivamente, favorecendo a construção de entendimentos mais

reflexivos, fundamentados e socialmente legitimados.

A força totalizadora compreende a totalidade dos elementos que compõem o mundo da vida, articulados em torno de um núcleo de significados compartilhados e de fronteiras que, embora sejam indeterminadas, porosas e passíveis de transformação, conferem certa unidade às experiências sociais. Já o holismo, estreitamente relacionado às demais características, refere-se ao caráter integrado desse universo de saberes, valores e práticas, constituindo o conhecimento comum que orienta a compreensão da realidade e as interações entre os sujeitos. Assim, o mundo da vida apresenta-se como uma rede complexa e dinâmica de significados coletivamente construídos, que sustenta os processos de comunicação, interpretação e convivência social.

A APRENDIZAGEM, RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E A CONEXÃO CENTRAL COM A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

A perspectiva geográfica de aprendizagem sobre o meio ambiente tem se tornado cada vez mais relevante nas discussões acadêmicas e na contemporaneidade das ciências, em tempos de mudanças climáticas, crises hídricas, queimadas e desmatamento,

extrativismo e entre outros temas fundamentais da ciência geográfica, incentivando geógrafos a explorar e propor alternativas que fomentem uma reflexão crítica sobre o mundo e os conflitos ambientais que enfrentam (Cascino; Jacobi; Oliveira, 1998). Alguns estudiosos defendem que a construção de um pensamento ambiental na Geografia deve superar a divisão tradicional entre geografia física e geografia humana, nas últimas décadas, a integração da perspectiva ambiental na geografia tem se fortalecido, resultando no desenvolvimento da geografia socioambiental/socioeconômica (Bispo, 2012).

Estabelecer conexões pedagógicas entre as orientações teórico-metodológicas da geografia e a educação para o meio ambiente é um desafio essencial para a compreensão do papel da Geografia na vida cotidiana. Argumenta-se que é crucial incluir temas o ensino do meio ambiente no planejamento e na prática pedagógica dos professores de ensino básico, fundamental e médio (Silva, 2020). Assim, unificar a Geografia sob um olhar do lugar interligando-se ao meio ambiente, é crucial, pois permite que os alunos compreendam seu ambiente e fortaleçam sua identidade local.

Essa abordagem estimula a reflexão sobre a sustentabilidade e os problemas socioambientais, promovendo a participação cidadã e o engajamento em ações para melhorar suas comunidades (Bispo; Oliveira, 2007). A conceituação do meio ambiente, principalmente, neste trabalho, é a busca pela teoria e a prática, a relevância de capacitar os alunos a desenvolver uma consciência crítica em relação às questões ambientais.

Entretanto, para isso, é essencial que a motivação escolar se concentre em tornar as práticas docentes mais relevantes e conectadas à realidade dos alunos, visando à formação cidadã no território utilizando metodologias ativas para esta aprendizagem participativa onde residem (Gonçalves; Lopes, 2019). Silva et al. (2020) apresentam o papel da escola, que é desenvolver uma aprendizagem significativa para os alunos em relação ao conceito de meio ambiente. O ensino das questões do meio ambiente no ensino fundamental deve ser visto como um meio de promover a cidadania territorial ativa e consciente.

Portanto, ao integrar o pensamento geográfico, que enfatiza a interconexão entre espaço, sociedade e natureza, os alunos são

estimulados a entender a complexidade dos problemas ambientais, sob uma ótica da Geografia, meio ambiente e cidadania territorial. A educação geográfica, em sua abrangência, pode não conseguir explicar todos os aspectos das inter-relações entre sociedade e meio ambiente.

No entanto, é fundamental refletir sobre suas contribuições em pesquisas futuras para a construção de uma visão crítica do meio ambiente para além do que os ecossistemas ofertam em prol do bem-estar dos humanos tecer investigações que para além destes discussões de benefícios ecossistêmicos que evidencie a sociedade capitalista como maior agente antropocêntrico das ações antropicas no que diz respeito aos usos dos espaços naturais e interferências nos seus ciclos biogeoquímicos e diversos limites que o planeta terra pode chegar daqui a algumas décadas em resultado das consequências do antropoceno.



CAPÍTULO 04

MARCO METODOLÓGICO

MARCO METODOLÓGICO

Esta seção tem o objetivo de explicitar os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam esta pesquisa, bem como descrever os caminhos percorridos ao longo da investigação. O percurso metodológico construído para alcançar os objetivos deste estudo possibilitou aproximações progressivas à problemática investigada, buscando compreender as interconexões entre lugar, cidadania e o sentimento de pertencimento a partir do ensino de Geografia e dos processos formativos do ser cidadão.

Considerando a natureza do objeto investigado, a pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, por possibilitar a interpretação de fenômenos sociais, espaciais e subjetivos relacionados às experiências dos sujeitos com o lugar e às formas de construção da cidadania. Nesse sentido, busca-se compreender como os processos educativos e geográficos contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da consciência cidadã e das relações estabelecidas entre os indivíduos e o espaço vivido.

O planejamento desta pesquisa foi estruturado em três etapas

principais: etapa decisória, envolvendo a escolha do tema, definição e delimitação do problema de pesquisa, assim como a formulação dos objetivos e das categorias analíticas centrais; etapa construtiva, referente à elaboração do plano de pesquisa, levantamento teórico-metodológico e sistematização das bases conceituais relacionadas à Geografia, cidadania, lugar e pertencimento; e etapa redacional, dedicada à análise, interpretação e organização sistemática das discussões construídas, visando à elaboração do trabalho monográfico.

A pesquisa, em primeiro plano, foi constituída por um levantamento bibliográfico qualitativo, realizado a partir de artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações da área de Geografia e campos interdisciplinares correlatos. O material consultado foi obtido por meio do banco de teses e dissertações da Capes, bibliotecas digitais de produção monográfica e periódicos científicos disponíveis em plataformas acadêmicas, tais como Google Acadêmico, Scielo, Dialnet e Redalyc.

As estratégias utilizadas foram descritores relacionados ao objeto da pesquisa, tais como: “cidadania e Geografia”, “cidadania territorial”,

“lugar e pertencimento”, “meio ambiente”, “Geografia e cidadania”, “aprendizagem discursiva” e “educação cidadã”, buscando compreender os diálogos teóricos existentes entre os conceitos centrais do estudo.

As etapas supracitadas serviram como guia para a construção desta pesquisa, possibilitando o domínio dos procedimentos científicos necessários, a articulação entre os referenciais teóricos adotados e a apresentação consistente da revisão bibliográfica relacionada à temática investigada. O marco metodológico buscou assegurar coerência entre os objetivos propostos, os procedimentos adotados e as reflexões produzidas ao longo do estudo, especialmente no que concerne às interconexões entre lugar, sentimento de pertencimento e formação cidadã mediada pelo ensino de Geografia e pela aprendizagem discursiva proposta por Habermas.

CAPÍTULO 05

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste capítulo foram organizados a partir das categorias Sentimento de Pertencimento, Lugar e Meio Ambiente, construídas com base nas percepções dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. A análise dessas categorias busca compreender como os alunos percebem, interpretam e estabelecem relações com os espaços que vivenciam cotidianamente, evidenciando os significados atribuídos ao ambiente em suas dimensões sociais, culturais e afetivas.

A interpretação dos dados foi realizada à luz de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos da Geografia, permitindo estabelecer um diálogo entre as experiências relatadas pelos participantes e as contribuições de autores que se dedicam ao estudo da percepção, da vivência espacial e da construção dos vínculos entre sociedade e natureza. Nessa perspectiva, o conceito de lugar emerge como uma categoria central para compreender as relações de pertencimento e identidade construídas pelos sujeitos em interação com o espaço vivido.

Além disso, as reflexões desenvolvidas fundamentam-se em contribuições de pensadores que compreendem a percepção como um fenômeno complexo e totalizante, envolvendo dimensões sensoriais, cognitivas, culturais e simbólicas. Dessa forma, a Geografia assume papel central neste debate ao possibilitar a compreensão das múltiplas formas pelas quais os indivíduos percebem, significam e experienciam o meio ambiente, revelando que a relação entre sujeito e espaço ultrapassa aspectos meramente físicos, incorporando sentimentos, memórias, valores e práticas sociais.

Assim, a apresentação dos resultados busca não apenas descrever as percepções dos estudantes, mas também interpretá-las de maneira crítica e contextualizada, evidenciando como os conceitos de sentimento de pertencimento, lugar e meio ambiente se articulam na construção das experiências espaciais e na formação da consciência socioambiental dos sujeitos.

Dessa forma, a partir das informações coletadas dos participantes da pesquisa em uma escola e turmas dos 9º anos do ensino fundamental em Aurelino Leal-BA. Verificou-se, que a maioria dos

alunos pesquisados (85%) estão dentro da idade de 12 a 16, ideal para o ano em que estão. Assim, um pequeno percentual (15%) apresentou discrepância de ano/idade em relação ao ano em que está estudando.

Analisou-se que os alunos do sexo masculino representaram 52% do universo amostral e o sexo feminino, 48%. Identificou-se, também, que na autoidentificação racial, 46% dos alunos se autodeclararam pretos, 39% pardos, 10% brancos e 5% indígenas. A partir das respostas, constatou-se que é importante a identificação racial de uma turma, pois é uma oportunidade para se debater assuntos relativos às questões raciais e da auto declaração como exercício da cidadania, é neste momento que o aluno tem a oportunidade de se comunicar coletivamente.

Nessa perspectiva, os relatos das percepções dos alunos, é relevante, pois a discussão expositiva a diferentes contextos e histórias de vida, contribui para desenvolver empatia e compreensão, habilidades fundamentais para a formação cidadã responsável e consciente, pautada na geoética universal, ou seja, na ética, na justiça, em valores e moralidade (Carneiro, 2020).

Evidenciou-se, os bairros em que moram os alunos, na zona urbana no Centro 34%, Acm 13%, São Cosme 10%, Bela Vista 9%, Humberto Barbosa 8%, Avenida Alonso 7% e Ipiranga 7% e na Zona Rural 12%.

Ressalta-se que o município de Aurelino Leal-BA possui dois distritos: Lage do Banco e Poço Central, mas a escola onde foi a pesquisa não tem nenhum aluno que reside nestes distritos. Identificasse o sentimento de satisfação dos alunos relativo a gostar ou não do bairro onde residem: 86% dos alunos gostam do bairro onde moram e 14% não gostam do bairro onde moram (Callai; Moraes, 2017).

Dessa forma, o sentimento de elo com o lugar, permite uma convivência de inter-relação com a comunidade onde os alunos estão inseridos, assim, os vínculos, que são formados com significados singulares/afetividades, são fundamentais na formação das relações sociais, pois é a partir da vivência que o sentimento de pertencimento se aflora (Tuan, 2013).

Dessa maneira, o lugar não é neutro, assim como se interpela por histórias que podem ser da natureza em si ou humanas em suas

complexidades. Tal qual, para Santos (2002), é importante que se considere que cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo cotidianamente.

A convivência no bairro é um fator importante a ser caracterizado, nesse processo do pertencimento ao lugar, pois há uma conexão psicológica complexa entre o indivíduo e o bairro onde moram, pois diversos significados são atribuídos ao espaço, levando os moradores a se apropriarem socialmente dele e, conseqüentemente, a cuidarem melhor do ambiente onde residem; é relevante pensar, que o lugar é um espaço delimitado, unificado com elementos singulares, com características específicas, mas que precisa ser compreendido em seu contexto espacial que diz respeito as condições naturais e humanas (Callai; Moraes, 2017).

Dessa maneira, os alunos que não gostam do bairro onde moram, segundo o pensamento anterior, tendem a não obter uma relação de vínculo afetivo com o lugar onde residem.

Verificou-se que 79% dos alunos responderam saber o que é se sentir pertencente a um lugar e 9% não sabem o que é se sentir

pertencente a algum lugar. Assim, tanto o sentimento de gostar de um bairro ou não, assim como se sentir pertencente a um lugar, exigem que seja entendido como resultado de processos de sua constituição individual/coletiva, considerando as questões naturais e humanas que envolvem cultura, economia, política e aspectos sociais.

Entende-se, com base em Toso, Callai e Moraes (2022), que cada lugar é singular e o mundo da vida de uma pessoa, e por isso o que existe no lugar resulta de determinações que também podem estar além dele, o local e o global se confrontam, portanto, no cotidiano da vida dos sujeitos e, para compreender a própria vida e o que é o lugar em que se vive, exige-se o distanciamento necessário para observar, analisar e compreender o que ali existe.

Com base nas repostas dos alunos, foi possível descrever a relação com os lugares de vivência deles, os quais espaços são importantes em suas vidas e relevantes em sua formação das emoções de pertencimento.

As palavras mais frequentes na lista são exibidas com maior destaque, como:

(Toso, Callai, Moraes, 2022). Ademais, a quadra e o campo são espaços ativos, onde a prática de esportes e a socialização com amigos são cultivadas, fortalecendo o vínculo de elo. A família é o núcleo central, proporcionando suporte emocional e estrutura.

O pertencimento também se manifesta através da praça e a rua, quais são locais de encontro comunitário, onde a interação social se amplia com o agir comunicativo (Toso, Callai, Moraes, 2022). Portanto, os amigos são companheiros da vida, enquanto viajar expande horizontes e promove novas experiências. O meio natural que os alunos no cotidiano mantem contato, a roça apresenta o contato direto com a natureza e suas atividades rurais, contrastando com o dinamismo do *shopping* e a energia da academia, espaços modernos de convivência e bem-estar (Toso, Callai, Moraes, 2022).

Os espaços são derivados de emoções, singularidades e sentidos tal qual é fundamental para a geografia do lugar. Quando mencionam a sua casa, praça, rua, amigos, roça, viajar e entre outros, não apenas representa um ambiente físico, mas também carrega significados emocionais e sociais profundos na vida dos alunos, moldando suas

experiências e perspectivas enquanto atravessam essa fase crucial de crescimento e descoberta pessoal que também irá ser trilhada no ensino médio, vida profissional ou acadêmica (Toso, Callai, Moraes, 2022).

Descreve-se, os lugares de cunho religioso que os alunos frequentam ou são integrantes, 59% dos alunos se autodeclararam como evangélicos, 13% como católicos, 2% da religião espírita e 26% declaram não ser ou frequentar nenhuma das religiões.

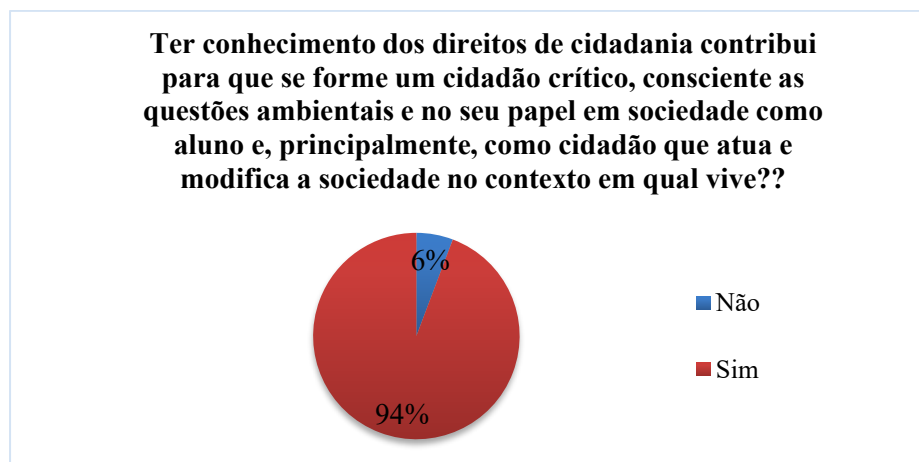
A religião é integrante da emoção do pertencer e inerente a essência, que pode ser afluída a partir de atitudes básicas que redirecionem de forma radical nossos sentidos existenciais. O templo é, portanto, um santuário com significações na percepção espacial individual, assim como é possível influenciar na transformação individual-coletiva e no despertar para o pertencer a uma comunidade ou não, seja pela fé, lugar sagrado, simbolismo, pertencer familiar, comunitário, humanitário ou planetário, segundo o estudo da Geografia e Religião de Pereira e Filho (2012).

Argumenta-se, a autora Marin (2008), que estabelecer conexões entre as orientações teórico-metodológicas da geografia e ao ensino da

cidadania é essencial para a compreensão do papel da geografia na vida cotidiana. Isso implica que, além de ensinar conteúdos específicos, é necessário que os professores integrem esses temas de maneira que os alunos possam ver sua relevância no dia a dia, em prol da efetivação de uma cidadania geográfica e territorial.

Identifica-se, a aceção dos alunos sobre a relevância de conhecerem seus direitos como cidadãos, sendo assim, 94% afirmam conhecer seus direitos e 6% afirmam não saber dos seus direitos como cidadão (Figura 2).

Figura 2 – Entendimento sobre os atributos da cidadania, para os participantes da pesquisa

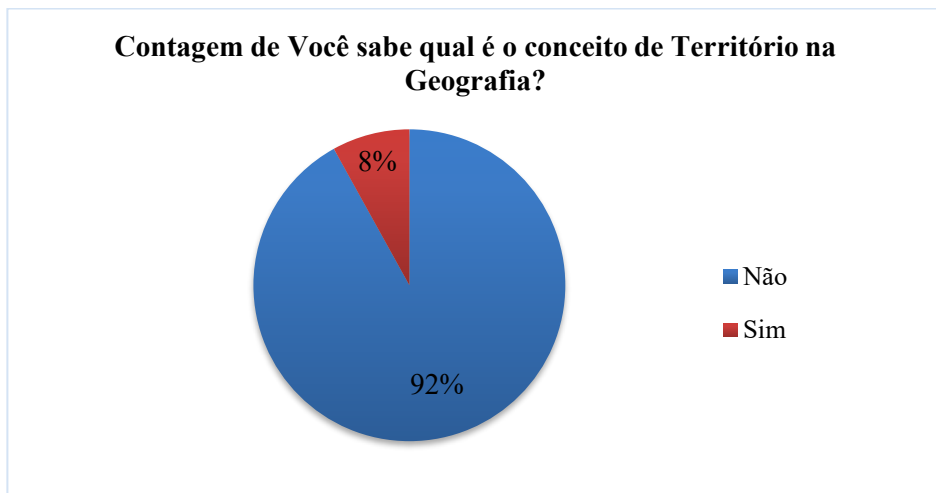


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Geralmente, os alunos possuem um entendimento dos atributos dos direitos e deveres da cidadania, pois este tema é abordado com frequência nas escolas de ensino fundamental, como Silva (2020) dialoga em seus estudos. É importante destacar que ter conhecimento a respeito desta temática é fundamental para a formação de um cidadão crítico e consciente. Quando os alunos entendem seus direitos, eles se tornam mais aptos a questionar, participar e influenciar ativamente as questões sociais e ambientais que os cercam.

Essa conscientização permite que eles reconheçam a importância de sua participação na sociedade, não apenas como alunos, mas como agentes de mudança no lugar onde residem. Identifica-se, a percepção dos alunos em relação ao conceito de cidadania territorial, 92% nunca fizeram a leitura ou sabem o que é e 8% dizem já ter feito a leitura ou saber o que é cidadania territorial (figura 3). A falta de entendimento sobre a cidadania territorial aponta para uma lacuna significativa no processo educativo dos alunos que nunca fizeram leituras em livros didáticos de geografia sobre o conceito.

Figura 3 – A relação com o conceito de cidadania territorial em livros didáticos de geografia dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A cidadania territorial é crucial porque envolve a compreensão de como os direitos e responsabilidades dos cidadãos se manifestam e se aplicam no espaço geográfico em que vivem (Braga, 2018). Esse conceito abrange a interação entre os indivíduos e o território, incluindo aspectos ambientais, sociais e políticos que moldam a vida comunitária nos aspectos éticos, morais, da justiça e dos valores. No entanto, sem o entendimento da cidadania territorial, essa base pode ser limitada, uma vez que não inclui a dimensão espacial das suas responsabilidades e direitos.

É crucial que todos os alunos, inclusive aqueles compreendem a cidadania territorial, sejam informados sobre seus direitos e responsabilidades com o olhar do ensino de geografia. Este entendimento é crucial para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de participar ativamente em questões ambientais e sociais no território. A inclusão de todos os alunos nesse processo é essencial para garantir a oportunidade de uma participação democrática e equitativa na sociedade.

A compreensão do conceito da cidadania territorial é fundamental para que os alunos tenham a possibilidade de se engajar em práticas de sustentabilidade, cidadania, ética e moral com responsabilidade onde vivem (Carneiro, 2020).

Como discutido anteriormente, é vital que essa educação vinculada a cidadania territorial comece desde os primeiros anos de escolaridade, destacando a importância dos professores na adaptação de suas práticas pedagógicas para envolver o mundo da vida dos alunos, com a utilização de elementos e linguagem geográfica para que possam compreender a relevância da Geografia e da cidadania

territorial em suas vidas (Carneiro, Araújo, 2023c).

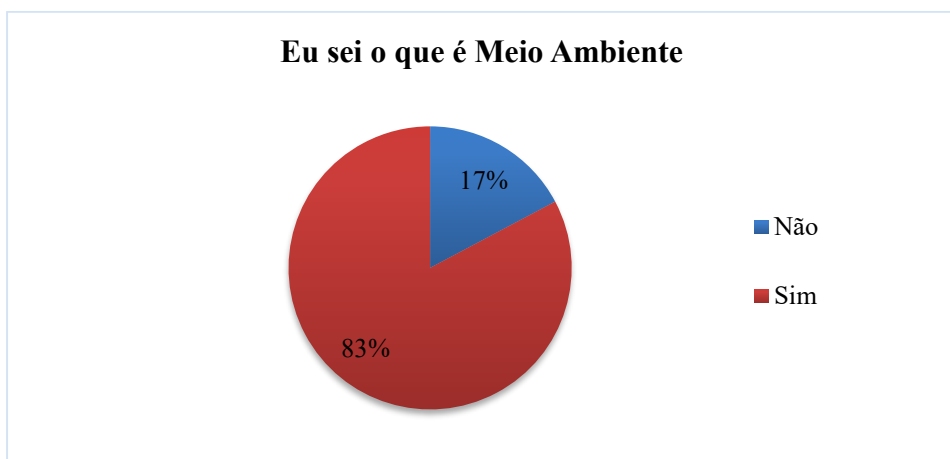
Diante das respostas dos alunos, é uma lacuna de conhecimento preocupante, considerando a importância da cidadania territorial para a formação crítica de cidadãos conscientes e ativos na comunidade onde residem. A inclusão da temática unificada ao meio ambiente e cidadania territorial no currículo escolar é crucial para promover a sensibilização e a responsabilidade entre os alunos no lugar de vivência, conforme as análises de Bispo e Oliveira (2007) sobre o meio ambiente cidadã a partir do lugar.

Isso reforça a importância de incluir a cidadania territorial no ensino, pois permite que os alunos desenvolvam uma visão crítica e uma compreensão mais profunda do ambiente em que vivem. Sendo uma lacuna significativa no conhecimento sobre cidadania territorial entre os alunos do ensino fundamental destaca a necessidade urgente de abordar e integrar esses temas no currículo escolar. Inserir as temáticas cidadania territorial, no ensino do conceito de meio ambiente e lugar onde os alunos moram, é fundamental para que estes desenvolvam a percepção basilar para compreensão do território o qual

reside, sob um olhar da educação geográfica, conforme menciona Menzes (2021).

Isso poderá, futuramente, contribuir para que os alunos compreendam melhor o ambiente ao seu redor e a importância de preservá-lo. Verificou-se que 17% deles afirmam não saber o que é meio ambiente, enquanto 83% afirmam compreender (figura 4).

Figura 4 – Afirmativa Eu sei o que é meio ambiente dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Vislumbra-se que, a partir da alta porcentagem de alunos (83%), que dizem saber o que é meio ambiente, há uma chance de estarem mais preparados para entender basilamente as interações entre os seres

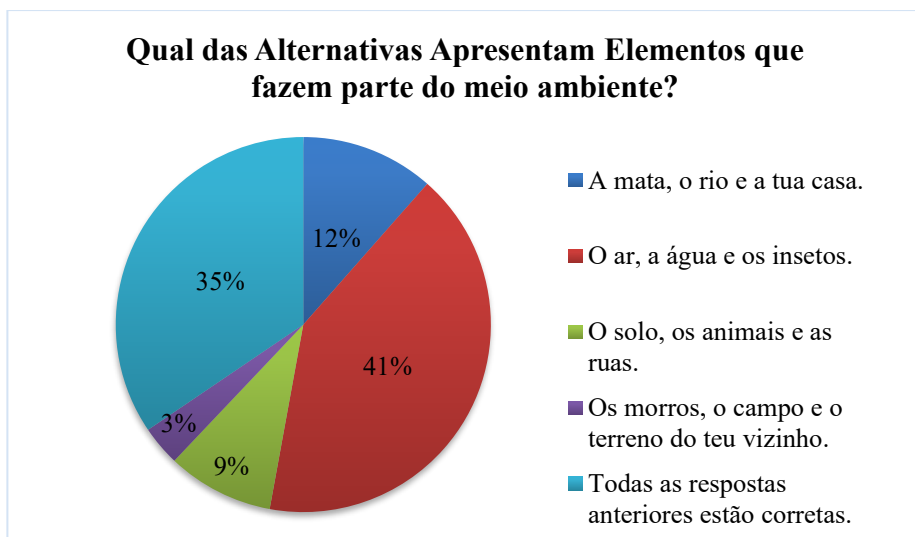
reconhecimento e do respeito por todos esses componentes.

As palavras **rio, água, matas, lagos, animais, árvores, plantas, fauna e flora** evidenciam que os estudantes associam o meio ambiente, principalmente, aos elementos naturais (figura 5). Ao mesmo tempo, termos como **nosso, vivemos, lugar, cuidar, rua, pessoas e cidadania** demonstram que a percepção ambiental dos alunos também está relacionada ao espaço vivido e às relações sociais nele estabelecidas. Muitos desses elementos fazem parte de lugares que os estudantes já visitaram ou que estão presentes em seu município e em cidades vizinhas da região, revelando a influência das experiências cotidianas e da vivência territorial na construção de suas percepções ambientais. A recorrência de expressões como **meio ambiente** reflete conteúdos frequentemente trabalhados nas disciplinas de Ciências e Geografia, contribuindo para a formação de conceitos fundamentais sobre a temática.

Nesse contexto, a compreensão do meio ambiente ultrapassa a dimensão natural, revelando um sentimento de pertencimento ao lugar e uma percepção de responsabilidade com os espaços que integram o

cotidiano dos estudantes, aspecto considerado essencial para a formação da consciência ambiental (Torinho, 2010).

Figura 6 – Conhecimento sobre os elementos que integram o meio ambiente dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Portanto, a partir das respostas dos alunos, ainda foi possível analisar e descrever a percepção sobre os elementos que fazem parte do meio ambiente. Evidencia-se, que a distribuição das respostas sugere que 41% parte considerável dos alunos tem uma compreensão limitada e fragmentada dos elementos que compõem o meio ambiente (figura 6). Ao identificar apenas ar, água e insetos, esses alunos não

reconhecem a totalidade dos componentes naturais e sua integração no ecossistema.

Sendo assim, em relação às respostas dos alunos, sobre a opção “mata, rio e tua casa” 12%, relativo a opção “os solo, os animais e as ruas” 9% e 3% a opção “os morros, o campo e o terreno do teu vizinho”. Esta visão parcial dos elementos, conjectura-se, que pode impedir que eles entendam a complexidade e a interdependência dos elementos ambientais.

Por outro lado, 35% dos alunos escolheram todas as opções, demonstrando uma compreensão mais holística e adequada do meio ambiente. Estes alunos podem estar mais aptos a entender que a terra é um grande ecossistema vivo, em constante transformação devido tanto a ações naturais quanto a intervenções humanas.

A lacuna identificada no conhecimento dos alunos sobre os elementos da natureza destaca a necessidade de reforçar o ensino vinculado ao meio ambiente nas escolas. É essencial que os alunos compreendam que o meio ambiente é composto por uma diversidade de elementos interconectados e que a preservação de um ecossistema

equilibrado depende do reconhecimento e do respeito por todos esses componentes. Além disso, essa lacuna no conhecimento pode ser abordada através de métodos pedagógicos que enfatizem a integração dos elementos naturais e suas relações como apresentou o estudo de Braga (2018b).

O meio ambiente deve ser compartilhado em sala de aula, em prol de promover uma visão sistêmica, onde os alunos aprendam que cada ação tem um impacto e que a sustentabilidade depende de um equilíbrio delicado entre todos os componentes naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou a necessidade urgente de fortalecer a inserção do meio ambiente e da educação ambiental no currículo escolar, compreendendo-os não apenas como conteúdos transversais, mas como elementos estruturantes da formação cidadã e crítica dos sujeitos. Verificou-se que esse processo deve iniciar desde os primeiros anos da escolarização, exigindo dos professores a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, interdisciplinares e conectadas ao cotidiano dos estudantes. Tal perspectiva busca promover uma aprendizagem significativa e comunicativa, capaz de aproximar os conteúdos escolares das experiências vividas pelos alunos, favorecendo a construção de valores éticos voltados à preservação ambiental, à responsabilidade coletiva e ao exercício consciente da cidadania.

Ao longo da investigação, tornou-se evidente que a relação entre o sentimento de pertencimento e o meio ambiente ocupa papel central na construção de práticas educativas transformadoras. Compreender o espaço vivido e estabelecer vínculos afetivos com o território configuram-se como aspectos fundamentais para o desenvolvimento de

atitudes de cuidado, responsabilidade e participação social. Nesse sentido, a formação cidadã não pode ocorrer dissociada das experiências espaciais dos sujeitos, uma vez que o pertencimento ao lugar influencia diretamente a forma como os indivíduos percebem, utilizam e se responsabilizam pelos ambientes nos quais estão inseridos. Dessa forma, a educação geográfica deve considerar dimensões emocionais, culturais, sociais e territoriais como elementos constitutivos da identidade humana e das relações estabelecidas com a natureza.

No contexto desta pesquisa, destacou-se a relevância de compreender a cidade, o município, o bairro e os espaços de convivência cotidiana como importantes territórios pedagógicos. Esses espaços possibilitam a problematização de conflitos, desigualdades e problemáticas socioambientais presentes no contexto local, permitindo que os estudantes desenvolvam uma leitura mais crítica e reflexiva sobre a realidade em que vivem. Argumenta-se, portanto, que a compreensão dos fenômenos socioambientais requer análises contextualizadas, capazes de considerar suas origens, dinâmicas,

implicações territoriais e relações históricas, econômicas e sociais que os produzem.

Os resultados obtidos indicam a necessidade de fortalecer uma educação geográfica fundamentada nos princípios do agir comunicativo e do diálogo, possibilitando a ampliação da participação discente no processo de construção do conhecimento. A partir da perspectiva habermasiana, compreende-se que o espaço escolar deve favorecer práticas dialógicas que permitam aos estudantes argumentar, refletir e construir coletivamente sentidos acerca da cidadania, do território e das problemáticas ambientais. Nesse contexto, a Geografia apresenta-se como um importante caminho para a construção do ser cidadão, especialmente ao promover o reconhecimento do lugar como espaço de vivência, pertencimento e ação transformadora.

No âmbito das turmas de 9º ano investigadas, verificou-se a necessidade de superar a fragmentação disciplinar ainda presente no ensino, buscando integrar conteúdos relacionados ao meio ambiente, território, cidadania e pertencimento. Tal integração pode contribuir para uma aprendizagem mais crítica, capaz de desenvolver nos

estudantes a compreensão dos direitos e deveres de cidadania, das dinâmicas espaciais e das múltiplas relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Além disso, evidencia-se a necessidade de práticas pedagógicas que incentivem a escuta, a participação ativa e o reconhecimento das experiências e conhecimentos prévios dos estudantes sobre os espaços em que vivem.

A pesquisa também permitiu identificar diferentes percepções dos estudantes acerca dos conceitos de cidadania, lugar e meio ambiente. Entretanto, constatou-se uma lacuna significativa no entendimento do meio ambiente enquanto sistema integrado, prevalecendo, em muitos casos, uma visão fragmentada, frequentemente associada apenas à natureza ou aos elementos físicos do espaço. Esse dado revela a necessidade de ampliar as discussões escolares sobre a complexidade ambiental, evidenciando as interdependências existentes entre fatores sociais, econômicos, culturais e ecológicos que constituem os territórios.

Diante disso, entende-se que as instituições escolares podem desempenhar papel fundamental na formação de uma geração de

cidadãos comprometidos com princípios geoéticos, capazes de desenvolver um olhar mais crítico, reflexivo e responsável sobre o território. Essa formação demanda práticas educativas que fortaleçam a consciência socioambiental, o reconhecimento do pertencimento ao lugar e a capacidade de intervenção nas problemáticas locais e globais. Em um contexto marcado por desafios crescentes, como as mudanças climáticas, as desigualdades socioambientais e os conflitos territoriais, torna-se imprescindível preparar os estudantes para atuarem de forma ativa, participativa e consciente nas decisões que envolvem os espaços onde vivem.

Por fim, compreende-se que a construção da cidadania, mediada pelo ensino de Geografia, deve transcender o ensino meramente conteudista, consolidando-se como um processo formativo pautado no diálogo, na criticidade e no fortalecimento das relações entre sujeito, território e meio ambiente. Assim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para reflexões futuras sobre práticas pedagógicas mais integradoras e comprometidas com a formação de sujeitos capazes de compreender, interpretar e transformar a realidade socioespacial da qual

fazem parte.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, A. C.; GAMA, A. Geografia, conhecimento do espaço e cidadania. **FLUC Geografia**, Universidade de Coimbra, v. 1, n. 1, p. 85-89. 2003. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12977>. Acesso em: 15 jul. 2024.

AGUIAR, M. A. S. **Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de voto**. In: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (org.).

ARAÚJO, F. R. F. A.; NASCIMENTO, I. F. Aprendizagem discursiva e cidadania territorial. **Revista Multidisciplinar em Educação**, Rondônia, v. 11, p. 1-18. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/7691/2019> /. Acesso em: 21 jul. 2024.

BNCC -Base Comum Curricular. **Na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. p. 8-22.

BARBOZA, L. A. S.; BRASIL, D. S. B.; CONCEIÇÃO, G. S. Percepção ambiental dos alunos do 6º ano e do 9º ano de uma escola pública municipal de Redenção, Estado do Pará, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 7, n. 4, p. 10-10, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/iee-16194>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRAGA, F. S. **A cidadania territorial na formação inicial de professores de Geografia em universidades portuguesas e brasileiras**. 2018a. Lisboa. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Lisboa, Portugal, 2018a. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35140>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRAGA, F. S. A escola para a cidadania e o ensino de Geografia. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 12. 2018b. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1727>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRAGA, F. S. Cidadania territorial e geografização da cidadania no ensino de Geografia e na formação do professor de Geografia. **Revista Signos Geográficos, Goiânia**, v. 3, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/69617>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. **Palácio do Planalto. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** versão preliminar, segunda versão. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios analiticos/bncc2versao.revista.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios_analiticos/bncc2versao.revista.pdf). Acesso em: 18 maio. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BISPO, M. O.; OLIVEIRA, S. de F. Lugar e cotidiano: categorias para compreensão de representações em meio ambiente e educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, DF**, n. 2, p. 69-76, 2007. Disponível em: <https://11nq.com/5eKdC>. Acesso em: 15 set. 2024.

BISPO, M. O. A concepção de natureza na Geografia e a relação com a Educação Ambiental. **Revista Terceiro Incluído**, v. 2, n. 1, p. 41-55,

2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/19956>. Acesso em: 15 set. 2024.

CABRAL, F. F.; LARA, R.; HRYCYK, M. F. Percepção ambiental de alunos do 6º ano de escolas públicas. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, RS, p. 151-161, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231170814.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CALDANA, R. H. L. A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. **Temas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 87-103, 1998. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1998000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jul. 2024.

CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 41, p. 82-100, 2017. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4771>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 472-486, 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002695164>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CLAUDINO, S. Escola, educação geográfica e cidadania territorial. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 18, n. 9, 2014. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Sergio%20Claudino.pdf>. Acesso: 22 maio 2024.

CARNEIRO, R. N. Aprendizagem de princípios geoéticos universais, competência comunicativa e estágios de desenvolvimento moral. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 10, n. 20, p. 498-519, 2020. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/issue/view/33>. Acesso em: 22 maio 2024.

CARNEIRO, R. N.; ARAÚJO, F. R. F. A experiência do corpo na

cidade contemporânea: compreensões a partir de Jürgen Habermas. **Geografia, São Paulo**, v. 46, n. 1, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15549>. Acesso em: 22 maio 2024.

CARNEIRO, R. N. Educação geográfica do agir comunicativo: Geografia escolar do mundo da vida. **Editora Appris**, Curitiba, v.1. n.1 .2022.

CARNEIRO, R. N. Espaço, justiça e ética universal: alargando os horizontes conceituais de sustentabilidade ambiental pela democracia deliberativa. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 344-355, 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6745>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CARNEIRO, R. N.; ARAÚJO, F. R. F. A. de. Didática da Geografia Crítica no Brasil: sentidos, elementos e linguagem. **Revista Equador**, Piauí, v. 12, n. 2, p. 141-161, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/74205>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, F. J. Educação, meio ambiente e cidadania: reflexos e experiência. São Paulo: SMA; CEAM, 1998.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009

COSTA, M. I. S., IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. **SciELO**, São Bernardo do Campo, 2018, p. 43-73. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sysng>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ESCOLAS.IFO. **Site-Escola normal 2 de julho. 2023**. Disponível em: <https://www.escol.as/128385-escola-normal-2-de-julho>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a

contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 221-242, 2017.

GIROTTTO, E. D. **Dos PCNs a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal**. GeoUerj, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/23781>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, G. C. O; LOPES, M, M. As práticas pedagógicas em educação ambiental aplicadas a educação infantil. **Revista Educação Ambiental em Ação**, v. 4, n. 69, p. 4-12. 2019. Disponível em: <https://revistaea.org/artigo.php?idartigo=3836> Acesso em: 15 jul. 2024.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo V. 1: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo V. 2: sobre a crítica da razão funcionalista**. Tradução de Flavio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

HERRLEIN JR, R. Uma introdução ao pensamento de Habermas: Teoria da Ação Comunicativa. **Revista Práxis, Novo Hamburgo**, v. 1, p. 49-58, 2007. Disponível em:

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/598>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Banco de Informações Ambientais (BDIAS)**. 2021. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>. Acesso em: 22 set. 2024.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Aurelino Leal**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/aurelino-leal/panorama>. Acesso em: 5 dez. 2023.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 dez. 2023.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024. 41

LEFEBVRE, H. Prefácio: a produção do espaço. **Revista da USP**, Universidade de São Paulo, v. 27, p. 123-132, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nvGYw5bknwggkcZ6QTrjyWv/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

LIKERT, R. A. technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, v. 22, n. 140, p. 44-53, 1932. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1933-01885-001>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista**, v. 32, n. 2, p. 45-68, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vDGdwyYrj9qbkcggk39vxcyF/?format=html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental.

Pesquisa em Educação Ambiental, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6163>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MASSENA, F. S. Sustentabilidade ambiental de comunidades rurais em área de proteção ambiental. Rede: **Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza**, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/304>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MASSENA, F. S.; SOUSA, E. Y. F.; NASCIMENTO, I. F. The rural as a space for the construction of knowledge and decisions in the life of young people. **Revista Seven**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/article/view/1945>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MELO, C. R. M.; PISANI, M. A. J. Cidadania e sentimento de pertencimento: agentes atuantes na preservação do meio ambiente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 1, p. 167-182, 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wpcontent/uploads/2021/11/cidadania-e-sentimento.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MENDONÇA, S. **A Geografia e a formação de seus professores: o processo formativo dos professores para a educação básica**. 2013. Tese (Doutorado em ensino de Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107258>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MENZES, G. D. O.; MIRANDA, M. A. M. O lugar da educação ambiental na nova Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio. **Educação Ambiental em Ação**, v. 20, n. 75, 2021. Disponível em: <https://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=4152>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MENTIMETER. **Word Cloud**. 2024. Disponível em: <https://www.mentimeter.com/app/home>. Acesso em: 22 jul. 2024. 42

MOREIRA, K. S et al. A evolução da legislação ambiental no contexto histórico brasileiro. **Research Society**, v. 10, n. 2, p. 1-21. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12087>. Acesso em: 23 jul. 2024.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

OLIVEIRA, F. T. B.; LIMA, F. E. S.; SILVA, R. P. Ensino de Geografia para cidadania: reflexões a partir dos anos finais do ensino fundamental. **Revista GeoInterações**, Natal, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/4784>. Acesso em: 30 set. 2024.

PEREIRA, C. J.; GIL FILHO, S. F. Geografia da religião e espaço sagrado: diferenças entre as noções de lócus material e conformação simbólica. **Ateliê Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 35-50, 2012. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6977>. Acesso: 29 jul. 2024.

REZENDE, F. C. B; CÂMARA, N. I. A. A evolução do conceito de cidadania. **Revista de Ciências Humanas da UNITAU**, v. 7, n. 2, p.1-6, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/33277219/aevolucao-N2-2001.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ROMANI, S. A. M.; LIRA, P. I. C. Fatores determinantes do crescimento infantil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**,

v. 4, p. 15-23, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/xtJhJy7ZZmtBv3js6v4fHYy/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTINELO, P. C. C.; ROYER, M. R.; ZANATTA, S. C. A educação ambiental no contexto preliminar da Base Nacional Comum Curricular. **Pedagogia em Foco**, Iturama, v. 11, n. 6, p. 104-115, 2016.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: **Editora EdUSP**, 2002.

SCHMALTZ, G. F. Meio ambiente espiritual. Ecolinguística: **Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, Brasília**, v. 4, n. 2, p. 83-96, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/1236>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SILVA, L. M. B; SILVA, J. P.; BORGES, M. A. L. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n.14, p. 593-608, 2019.

SILVA, S. N.; EL-HANI, C. N. A abordagem do tema ambiente e a formação do cidadão socioambientalmente responsável. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte**, v. 14, n. 2, p. 225-234, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SILVA, S. N.; LOUREIRO, C. F. B. As vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 26, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pnkHjbvq7Q65L6Y6HJZQsgg/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SIQUEIRA, M. M.; CASTRO, S. S.; FARIA, K. M. S. Geografia e ecologia da paisagem: pontos para discussões. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, MG, v. 25, n. 3, p. 557-566, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sn/a/msf8wc4LbkVmfKRRHq43G5j/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

STEINBERG, L.; MORRIS, A. S. Adolescent development. **Annual Review of Psychology**, n. 52, p. 83-110, 2001. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11148300/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>. Acesso em: 9 jul. 2024.

TOSO, C. E. I.; CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Proposta didático-metodológica interdisciplinar para o estudo do bairro e dos problemas socioambientais nos anos iniciais. **REIDICS: Revista de Investigación en Didáctica de las Ciencias Sociales**, n. 10, p. 169-188, 2022. Disponível em: <https://revista.reidics.unex.es/index.php/reidics/article/view/1996>. Acesso em: 13 jul. 2024.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y-F. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, Niterói, RJ, v. 1, n. 1, p. 4-15, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4020648>. Acesso em: 14 jul. 2024.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina, PR: EdUEL, 2013. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C14&q=TUAN%2C+YiFu.+Espa%C3%A7o+e+lugar%3A+a+perspectiva+da+experi%C3%Aancia.+Local%3A+EdUel%2C+2013&btnG=. Acesso em: 12 jul. 2024



ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abramovay, 29, 89

Ação comunicativa / Agir comunicativo, 27, 32, 38, 45, 47, 50, 68, 84, 91

Adolescente / Adolescência, 28, 29, 33

Afeto / Afetividade / Dimensão do afeto, 25, 27, 30, 32, 64, 83

Almeida, 26, 31, 89

Ambiente urbano / Cidade, 28, 29, 32, 34, 40, 41, 48, 64, 67, 83, 91

Amigos, 28, 67, 68

Anos finais (Ensino Fundamental), 61, 96

Aprendizagem discursiva, 25,

43, 44, 47, 59, 89

Araújo, 32, 48, 74, 89

Aurelino Leal (município / BA), 27, 28, 62, 64

Autoidentificação racial /

Autodeclaração, 63

B

Bairro / Vivência no bairro, 30, 64, 65, 83

Barros, 34

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 26, 37, 58, 89, 90, 93, 95, 97

Bispo, 29, 53, 54, 74, 90

Braga, 25, 26, 38, 39, 48, 72, 80, 89, 90

Brasil, 37, 89, 90

C

Caldana, 28, 39, 91

Callai, 28, 64, 65, 66, 68, 69, 91

Câmara, 39, 96

Carlos, 28, 29, 33, 91

Carneiro, 27, 28, 32, 38, 45, 48,

63, 73, 74, 91

Carvalho, 29

Casa, 30, 67, 68, 78, 79

Cascino, 26, 28, 53, 92

Castro, 29, 34, 92

Cidadania, 25, 26, 27, 28, 29,

30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40,

41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 54,

55, 57, 58, 59, 61, 63, 70, 71,

72, 73, 74, 75, 77, 82, 83, 84,

85, 86, 89, 90, 91, 92, 95, 96

Cidadania geográfica, 30, 45

Cidadania territorial, 27, 29, 37,

38, 39, 42, 44, 48, 54, 55, 58,

71, 72, 73, 74, 89, 90, 91

Claudino, 37, 91

Comunidade / Relações sociais,

31, 32, 34, 37, 39, 41, 49, 64,

65, 68, 69, 72, 74, 95

Consciência socioespacial /

Consciência cidadã, 26, 38, 57,

61

Costa, 39, 92

Cultura / Cultural, 28, 30, 32,

45, 46, 47, 51, 61, 66, 83, 86

Currículo escolar, 26, 28, 38,

39, 74, 82

D

De Miranda, 28, 95

Degradação ambiental, 28

Democracia deliberativa /

Cidadania deliberativa, 27, 28,

30, 44, 92

Desenvolvimento moral, 27, 91

Direitos e deveres, 26, 27, 41,

44, 71, 72, 73, 85

Discurso / Argumentação

moral, 27, 38, 41, 42, 47, 48, 49,

51, 89

E

Educação ambiental / Meio

ambiente, 26, 29, 47, 53, 54, 82,

90, 92, 94, 95, 97

Educação geográfica / Ensino

de Geografia, 26, 27, 31, 32, 36,

37, 38, 39, 52, 55, 57, 59, 71,

73, 75, 83, 84, 86, 91, 92

Elementos naturais (rio, água,

matas, fauna, flora), 28, 53, 76,

77, 78, 79, 80, 86

Escola pública, 27, 28, 62, 89

Espaço público, 28, 33, 37, 40,

44, 91

Espaço vivido / Espaço de

vivência, 27, 31, 32, 36, 37, 57,

61, 74, 77, 82, 84

Estudantes / Alunos, 26, 27, 28,

31, 32, 33, 37, 45, 47, 48, 53,

54, 55, 57, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74,

75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82,

84, 85, 86

Ética / Geoética universal, 26,
27, 28, 30, 42, 48, 59, 63, 72,
73, 82, 86, 91, 92

F

Fábio Massena (orientador), 27

Família / Familiar, 28, 32, 67,
68, 69, 91

Filho, 69, 96

Formação de professores, 26,
39, 89, 90

Fuini, 38, 92

G

Gama, 26, 31, 89

Giroto, 25, 26, 93

Gonçalves, 54, 93

H

Habermas (Jürgen), 27, 28, 43,
44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 59,
84, 91, 92, 93

Herrlein Jr, 43, 46, 93

I

Ianni, 39, 92

Igreja / Cunho religioso, 28, 67,
69

Institucionalização da
geografia, 25

Interconexões, 25, 30, 54, 57,
59, 61

J

Jacobi, 53, 92

Justiça espacial / social /
territorial, 26, 30, 36, 38

Juventude / Jovens, 25, 27, 29,
32, 89, 92, 95

L

Lamas, 40, 41

Lavalle, 26, 41

Lefebvre, 27, 28, 29, 94

Lugar, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
34, 36, 37, 47, 50, 53, 54, 57,
58, 59, 61, 64, 65, 66, 68, 71,
74, 77, 83, 84, 85, 86, 90, 95

Lopes, 54, 93

M

Marin, 27, 29, 31, 69, 94

Marshall, 26

Massena, 27, 32, 41, 95

Matos, 40

Meio ambiente, 25, 26, 27, 28,
29, 30, 31, 34, 47, 52, 53, 54,
55, 59, 61, 62, 74, 75, 76, 77,
78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87,
90, 92, 94, 95, 96

Melo, 29, 33, 95

Mendonça, 34, 38, 95

Menzes, 28, 75, 95

Milton Santos, 27, 28, 29, 36,
65, 96

Moraes / Morais, 28, 64, 65, 66,
68, 69, 91

Moreira, 40, 96

Morris, 29

Mundo da vida, 44, 45, 46, 47,
50, 51, 66, 73, 91

	Percepção ambiental /
N	Percepção dos alunos, 27, 28,
Nascimento (Ian Felipe -	32, 40, 57, 61, 62, 63, 64, 69,
Autor), 25, 29, 32, 89, 95	71, 74, 77, 78, 85, 86, 89, 94
Natureza / Relação homem-	Pereira, 69, 96
natureza, 30, 34, 36, 41, 54, 62,	Personalidade / Identidade, 27,
64, 68, 75, 79, 83, 85, 86, 90	28, 29, 32, 39, 46, 50, 51, 53, 83
Nuvem de palavras, 67, 76	Pertencimento / Sentimento de
	pertencimento, 25, 27, 28, 29,
O	30, 31, 33, 36, 47, 57, 58, 59,
Oliveira, 29, 33, 53, 54, 74, 90,	61, 64, 65, 66, 68, 69, 77, 82,
92, 96	83, 85, 86, 90, 95
	Pisani, 29, 33, 95
P	Práticas pedagógicas / Prática
Parâmetros Curriculares	docente, 26, 39, 53, 54, 73, 82,
Nacionais (PCNs), 26, 93	85, 93
Pensamento espacial / territorial	Preservação ambiental /
/ Raciocínio geográfico, 26	Sustentabilidade, 29, 34, 40, 47,

54, 73, 75, 76, 79, 82, 91, 92,
95, 96

Problemas socioambientais /

Conflitos ambientais, 28, 36,
40, 53, 54, 55, 80, 83, 86

Produção do espaço, 27, 28, 94

Q

Qualidade de vida, 30, 33, 40,
41

R

Razão comunicativa vs.
instrumental / Mundo dos
sistemas, 46

Relatos / Entrevistas / Escuta
genuína, 27, 63, 85

Rezende, 39, 96

Rua / Praça / Parques, 32, 40,
67, 68

S

Silva, 28, 40, 53, 54, 71, 96, 97

Situação ideal de fala, 49

Smith, 34

Sousa, 32, 95

Souza, 30

Steinberg, 29

T

Teoria da Ação Comunicativa
(TAC), 27, 45

Tenório, 46

Território, 25, 29, 30, 32, 36,
39, 40, 45, 48, 54, 68, 72, 73,
74, 82, 84, 85, 86, 92

Toso, 66, 68, 69

Trabalho de campo, 27

Tuan (Yi-Fu), 27, 31, 32, 64

Zona urbana e Zona rural, 32,

64, 95

U

Universidade Estadual de Santa

Cruz (UESC), 27

Urbanização / Expansão

urbana, 34, 40

V

Vínculo afetivo, 25, 30, 31, 32,

64, 65, 68, 82

Virgílio, 34

Visão holística / sistêmica, 52,

79, 80

Z

JUVENTUDE E LUGAR: CIDADANIA, MEIO AMBIENTE E A DIMENSÃO DO AFETO

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP.

Telefone: +55(11) 5107- 0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

JUVENTUDE E LUGAR: CIDADANIA, MEIO AMBIENTE E A DIMENSÃO DO AFETO

